

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 2.342, DE 2022

Dispõe sobre a criação funções comissionadas e cargos efetivos para o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça; altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça, de que trata a Lei nº 11.364, de 26 de outubro de 2006:

- I - 20 (vinte) funções comissionadas de nível FC-6;
- II - 20 (vinte) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário; e
- III - 50 (cinquenta) cargos de provimento efetivo de Técnico Judiciário.

§1º A criação das funções a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo será implementada no exercício financeiro do ano de 2023 e seguintes, em conformidade com o anexo próprio da lei orçamentária anual e condicionada à sua expressa autorização, nos termos da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

§2º A criação e o provimento dos cargos a que se referem os incisos II e III do *caput* deste artigo serão implementados gradativamente na forma do Anexo Único a esta Lei, e estarão condicionados à expressa



autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual de cada um dos anos, nos termos da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Conselho Nacional de Justiça no Orçamento Geral da União.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º A Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.2º .....

Parágrafo único. Os cargos do quadro permanente de servidores do Poder Judiciário da União são essenciais à atividade jurisdicional”. (NR)

“Art. 11 .....

Parágrafo único. As vantagens pessoais nominalmente identificadas de caráter permanente, incorporadas aos vencimentos, proventos e às pensões dos servidores das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário, inclusive aquelas derivadas da incorporação de quintos ou décimos de função comissionada, não serão reduzidas, absorvidas ou compensadas pelo reajuste das parcelas remuneratórias dos anexos desta Lei”. (NR)

“Art.15.....

.....

§5º Os Técnicos Judiciários que fizerem jus ao Adicional de Qualificação em razão de aplicação do inciso VI, terão a parcela automaticamente transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, no valor de 5% sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor.



§6º A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada de que trata o §5º será absorvida quando o servidor detentor da mesma enquadrar-se nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo”. (NR)

“Art.16.....

.....

§3º A vantagem pessoal nominalmente identificada, decorrente da incorporação de quintos ou décimos de função comissionada de executante de mandados ou equivalente terá percepção concomitante com a Gratificação de Atividade Externa de que trata este artigo, vedada sua redução absorção ou compensação”. (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## ANEXO ÚNICO

| <b>Exercício</b> | <b>Cargo</b>        | <b>Quantidade</b> |
|------------------|---------------------|-------------------|
| 2023             | Analista Judiciário | 5                 |
|                  | Técnico Judiciário  | 12                |
| 2024             | Analista Judiciário | 5                 |
|                  | Técnico Judiciário  | 13                |
| 2025             | Analista Judiciário | 5                 |
|                  | Técnico Judiciário  | 12                |
| 2026             | Analista Judiciário | 5                 |
|                  | Técnico Judiciário  | 13                |

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada ERIKA KOKAY

Relatora

2023-6424

